



## Geoeconomia Portuguesa

Maria Sousa Galito

No séc. XXI, Portugal procura encontrar novo rumo e desígnio nacionais. No xadrez de potências, faz uso de *soft power* em palcos multilaterais, ao apostar em parcerias estratégicas no seio da União Europeia (entrou para a CEE em 1986), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (desde 1961 na OCDE, mas já era membro da OECE em 1948) e da Organização Mundial de Comércio (desde 1995, após entrar para o GATT em 1962); enquanto gere ampla rede diplomática de 76 embaixadas, 48 postos consulares, 9 representações e missões permanentes; em colaboração, cada vez mais estreita com delegados da rede externa da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), que são mais de 170 profissionais, presentes em 55 diferentes mercados, que prestam serviços de aconselhamento ao processo de internacionalização das empresas.

O objetivo é levar à prática um modelo de diplomacia económica que aumente o prestígio de Portugal além-fronteiras, que não se resigne à sigla PPP (Pequeno, Pobre e Periférico) e opte por diplomacia pública de país moderno, europeu e de média dimensão, que tenta aproveitar a sua localização, central no Atlântico, herdeira de passado mercantilista, pioneiro da globalização; de fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/ NATO, desde 1949) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP, desde 1996); e que possui projeto de elevar o Português a língua oficial das Nações Unidas (organização à qual Portugal aderiu em 1955) que já é idioma de trabalho ou de uso administrativo em cerca de duas dezenas de organizações internacionais, tais como o Mercosul, a União Africana e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Porque é possível avaliar o impacto económico do Português enquanto idioma de negócios; e instrumento de troca, qual moeda capaz de estimular agentes

económicos em vários mercados; pelo seu valor de uso, na medida em que é útil, com forte presença na internet, e cada vez mais além de ensinado em escolas e universidades internacionais.

Valorização comunitária atrai investimento. No *EY European Attractiveness Survey 2022*, que avalia a perceção dos investidores estrangeiros em relação à atratividade da Europa e dos seus concorrentes, a economia portuguesa cresceu, em 2021, ao melhor ritmo das últimas décadas, após forte contração por causa da pandemia. O país captou cerca de 200 projetos de IDE, o que corresponde a aumento de 30% face a 2020. Mas ocupar oitavo lugar em lista de países europeus encabeçada pela França, Reino Unido e Alemanha, não é suficiente; é possível fazer melhor; desde que as empresas consigam ser mais produtivas e o sistema menos moroso ou burocrático, onde a justiça seja mais célere e eficaz; num contexto fiscalmente menos pesado e com mais liberdade para inovar; ou assumir riscos ao diversificar a carteira de investimentos, porque se Portugal exporta sobretudo para outros Estados-Membros da União Europeia (o mercado intercomunitário representa entre 70 a 80% das transações comerciais), que atualmente são mercados saturados e em crise, também pode procurar alternativas junto de economias emergentes.

Portugal tem argumentos para ser, ou continuar a ser, porta giratória ou ponte para o diálogo intercontinental (Europa-América-Ásia); e para reivindicar, junto das Nações Unidas, a extensão da sua plataforma continental (cuja avaliação está em curso, pelo menos desde 2017) para ampliação da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) e gerar sinergias do imenso mar que banha dois arquipélagos (Açores e Madeira) e território matricial na zona mais ocidental da Península Ibérica. Assim poderia catalisar os elementos naturais que lhe permitem projeção política sobre o espaço, para obter ganhos de soberania, também de uma perspetiva económica, sem perder centros de decisão; com base em visão estratégica de médio e longo prazos, e não apenas conjuntural; que fosse rentável e promovesse a sua autossuficiência; para inverter a tendência de elevada dívida externa e subsequentes pedidos de resgate, tais como os de 1977 e 1983, junto do Fundo Monetário Internacional (FMI); e a famigerada intervenção da Troica (triumvirato formado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI) entre 2011 e 2014.

Os três eixos tradicionais de política externa (Europa, Atlântico e Lusofonia) foram desdobrados, após 2018, num hexágono de potencialidades (para incluir as vertentes da Internacionalização, do Multilateralismo e das Comunidades Portuguesas). Importa agora que gerem oportunidades de negócio; e estas poderão ser tão mais fecundas se aliadas à ciência, através da cooperação internacional; em setores em que Portugal tem vantagens competitivas; os tradicionais (por exemplo, têxtil, vestuário e calçado) ou mais relacionados com as tecnologias de informação e de conhecimento; de bens ou de serviços, com destaque para o turismo. De facto, Portugal tem recebido vários prémios internacionais que reconhecem o valor da sua hospitalidade (tais como, em 2021, quando foi eleito o melhor destino turístico do mundo pelos leitores da revista de viagens *Condé Nast Traveler*, galardão que foi entregue na 34<sup>a</sup> edição da cerimónia do *Reader's*

*Choice Awards*; ou quando foi considerado o melhor destino turístico da Europa, pela quinta vez nos últimos seis anos, nos *World Travel Awards* de 2022); setor que é responsável por cerca de 20% do total de empregos em Portugal, sobretudo em regiões como o Algarve, ou nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Neste processo de expansão, o trunfo é a *geração mais instruída de sempre*, formada durante a III República, com base em políticas públicas de aposta na educação; e cujo retorno, motivado e empreendedor, pode ajudar a promover o crescimento económico português, que tem desiludido e, infelizmente, não tem satisfeito as necessidades de bem-estar de uma população que regularmente emigra para obter melhores empregos no estrangeiro. Para evitar esta hemorragia de capital humano, Portugal está a começar a investir numa diplomacia científica de âmbito definido na Resolução de Conselho de Ministros 78/2016, de 30 novembro. A qual disponibiliza meios do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) para dinamizar rede de várias instituições, privadas e públicas, em colaboração com peritos além-fronteiras, que podem ser mapeados e contactados através das suas associações (tais como a AGR Afr, a AGRAPS, a APEI, a ASPPA, a PAPS, a PARSUK e a SOPT NORDIC). Esta rede de ciência visa criar sinergias, ao mobilizar universidades, politécnicos e centros de investigação; e substituir definitivamente a *fuga de cérebros* por versão mais profícua de *circulação de cérebros*, que não implique perda de capital humano, mas partilha de informação e de conhecimento, com base em políticas de diáspora, mais adequadas ao atual contexto de globalização e de interdependência económica.

Os desafios geopolíticos atuais e as limitações orçamentais, ou a francamente má gestão dos recursos disponíveis, tem impedido Portugal de aproveitar as suas potencialidades. Mas isso não deve impedir que o escrutínio democrático e a vontade de um povo (que deve estar) consciente dos seus direitos e deveres cívicos, não possa conseguir inverter a tendência; ao apostar em projetos exequíveis de futuro (por exemplo, em mais barragens para aproveitamento das chuvas e em dessalinização da água do mar para fazer face a períodos de seca); em modelos de desenvolvimento económico sustentável, de economia circular, com respeito pelo meio ambiente, que mitiguem as alterações climáticas, que nos livrem dos incêndios estivais e promovam a coesão regional, num espaço de segurança e de bem-estar crescente para as nossas populações, residentes em Portugal ou disseminadas pelo mundo. A ideia é a construção de uma grande comunidade, unida pela geografia ou pela língua, coesa e robusta, empreendedora e determinada a vencer, porque o futuro é o caminho.